

## OUVINDO VOZES, DEBATENDO A INCLUSÃO E REFLETINDO SOBRE O ENSINO DO AUTISTA

Sandra Regina Longhin<sup>1</sup>

Silvon Alves Guimarães<sup>2</sup>

Viviane Ferreira Furtado<sup>3</sup>

1

### RESUMO

Este artigo expõe uma breve reflexão sobre o contexto histórico da educação inclusiva - desde o cenário mundial ao do município de Jataí/GO - e um relato sobre a importância dos debates e a repercussão da segunda edição do evento Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogo, que ocorreu no mês de junho de 2015, como exigência avaliativa para a disciplina de Educação Inclusiva, do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática (PPGECM) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Jataí. Durante o evento foi possível fazermos uma reflexão sobre os avanços alcançados, bem como considerar as contradições e singularidades, que apontam para a necessidade de buscarmos uma melhor compreensão sobre essa temática.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Autismo. Tecnologias de Informação e Comunicação.

### ABSTRACT

This article presents a brief reflection on the historical context of inclusive education - from the world stage to the county of Jataí / GO - and an account of the importance of the debates and the impact of the second edition of the event Hearing Voices and Promoting Dialogue , which took place in June 2015 , as a requirement evaluative for the discipline of Inclusive Education , the Graduate Program in Education for Science and Mathematics ( PPGECM ) of the Federal Institute of Education, Science and Goiás Technology ( IFG ) - Campus Jataí . During the event, it was possible to make a reflection on the progress achieved as well as consider the contradictions and peculiarities, which point to the need to seek a better understanding of this topic.

**Keywords:** Inclusive education. Autism. Information and Communication Technology.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Química Analítica e Inorgânica pela Universidade de Brasília. Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Goiânia e Professora no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Jataí.

<sup>2</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal de Goiás, Câmpus Jataí-Goiás. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Jataí. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

<sup>3</sup> Licenciada em Letras Português pela Universidade Federal de Goiás, Câmpus Jataí-Goiás. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Jataí. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

## **Introdução**

Atualmente, a questão da inclusão das pessoas com deficiências ou necessidades educativas especiais tem sido amplamente discutida no contexto social e educacional, em que surgem mecanismos para regulamentação do processo de inclusão que garantam a igualdade de direitos destas pessoas. Um dos exemplos disso é a elaboração de documentos que discutem a questão da deficiência e, dentre eles, destacam-se a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e, mais recentemente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

No âmbito nacional, o principal mecanismo de luta por uma educação inclusiva, tanto na esfera da educação pública quanto privada, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, desde a sua implantação e no decorrer dessa caminhada histórica da educação inclusiva, na cidade de Jataí-GO, várias diretrizes foram implantadas e ações foram efetivadas. Por observar a contribuição sociocultural do primeiro encontro, promovido em 2014, e por perceber que uma das necessidades, nesta modalidade de ensino, é dar voz aos personagens envolvidos nesse contexto para que a troca de experiências e opiniões que resultem em ações inovadoras, pensadas coletivamente, cujo produto auxilie na solução dos dilemas vivenciados, o II Encontro Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogo foi pensado. O evento teve como objetivo contribuir com a promoção de condições de aprendizagem efetivamente inclusivas, ao compartilhar as práticas de educadores que buscam dar respostas às necessidades educacionais especiais; e ao valorizar as diversas formas de aprender, de compreender o mundo e dar significado a ele.

O evento contou com uma mesa redonda de debates que teve como eixo centralizador o tema: “Diálogos sobre vivências e desafios na inclusão escolar”. Os minicursos abrangeram cinco áreas, nas quais a educação inclusiva tem sido pensada. Os temas abordados nos minicursos foram: 1) Falar com as mãos: acessibilidade, recursos e um breve histórico da cultura surda; 2) Discalculia: um diálogo preciso entre educação matemática e recursos pedagógicos; 3) Deficiência Motora: abordagens práticas no ensino de ciências; 4) Percepções matemáticas: explorando sólidos geométricos numa atividade

para deficientes visuais; 5) A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no trato com o autista.

O público alvo do encontro foi composto por profissionais que atuam diretamente no sistema de ensino, de organização de recursos e serviços para o atendimento educacional especializado, de práticas educacionais inclusivas em sala de aula e de formação docente na perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes ditas “regulares”. Todas as experiências relatadas no evento são legítimas. O foco do encontro foi refletir nos avanços alcançados e nas contradições e singularidades, que evidenciam que não existe um caminho pronto, mas que através da compreensão das necessidades presentes e da efetivação de políticas que resultem nas mudanças exigidas pela sociedade, a inclusão poderá se tornar uma realidade em um futuro não tão distante.

Para melhor reflexão neste artigo, optamos por iniciá-lo com uma sucinta reflexão sobre o contexto histórico da educação inclusiva; seguida de um breve relato sobre a importância do evento e sua repercussão; e finalmente refletiremos, sobre o minicurso cinco, que tratou das dificuldades da educação dos autistas.

### **Do contexto histórico da Inclusão Escolar ao II Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogos**

A educação inclusiva passou a ter repercussão no cenário internacional, a partir de meado da década de 1980, segundo Sánchez (2005). Por meio da promoção de debates em que se questionava o fracasso das escolas em estenderem a educação a todos os alunos, pôde-se perceber a necessidade de implantar políticas, que fossem mais específicas e abrangentes na questão da inclusão.

No Brasil, desde a Constituição de 1988, de acordo com a Seção I, do Artigo 205, significativos avanços na garantia ao direito à educação do indivíduo foram registrados, ao considerar que a educação constitui um direito de todos e dever do Estado e da família e que “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 132). Ainda, nesse sentido, a Constituição exclui a possibilidade de segregação, ao garantir, no Artigo 208, inciso III: “atendimento educacional

especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 133).

Em 1994, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca (Espanha), elaborou-se a Declaração de Salamanca, que estabelece princípios, política e prática da educação especial. Nesse documento, prevê-se a escola igualitária, que recebe e atende todos, sendo devidamente preparada para a heterogeneidade de público, incluindo Estudantes Público Alvo do Ensino Especial (EPAEE).

Assim, corroborando com a Carta Magna e com a Declaração de Salamanca, no Brasil a garantia ao ensino inclusivo foi assegurada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, pois no artigo 58 destaca a educação especial como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 46).

Na perspectiva da garantia do direito ao exercício pleno da cidadania, a resolução 04/2010, do Conselho Nacional da Educação, que instituiu as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, estabelece:

Art. 8º A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Art. 9º A escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos:

I - Revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela;

II - Consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural. (BRASIL, 2010, p. 3).

Na esfera municipal, na cidade de Jataí-GO, a Lei 3.044 de 12 de abril de 2010 dispõe sobre

A Política Municipal para Integração da Pessoa com Deficiência; cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Fundo Municipal de Apoio às Pessoas com Deficiência, institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências, (JATAÍ, 2010, p.1).

Mesmo com a legislação em vigor, Mantoan (2003, p. 47) preceitua que “a inclusão pegou as escolas de calças curtas”, pois ainda não estão devidamente preparadas para atender, com qualidade, as especificidades dos EPAEE. Para ensinar, os professores precisam compreender os processos de desenvolvimento e de aprendizagem de cada indivíduo e como estes aprendem. O que, segundo Mendes (2002), não é simples e configura-se como um desafio pedagógico e metodológico para a promoção de inclusão, de superação e de respeito à diversidade.

Nesse sentido, de acordo com os estudos de Machado e Longhin (2013, p.9), a educação inclusiva na cidade de Jataí-GO, não difere da nacional, nem da mundial, por enfrentar barreiras para com a implementação de leis, pois “há a dificuldade de se sair do mundo dos discursos e enfrentar a inclusão como realidade que necessita de ação. Para a sociedade, ainda são estrangeiros aqueles que precisam ser incluídos”.

### **Os desafios da Inclusão Escolar: relatos do evento**

O II Encontro Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogo começou na noite do dia 25 de junho de 2015, no auditório da Unidade Riachuelo do IFG. A coordenadora do PPGECM abriu o evento dizendo: “Um dos desafios deste Mestrado Profissional é empreender uma educação em Ciências e Matemática, que seja voltada para a inclusão e que possa assim atender às necessidades de todos os alunos, contribuindo para a sua formação crítica”.

Declarando-se apaixonada pela temática da inclusão escolar, a professora responsável pela disciplina de *Inclusão para a Educação em Ciências e Matemática*, discorreu sobre a sua trajetória, enquanto pesquisadora na área de Química, e como se viu envolvida nesta questão da inclusão. Ela destacou como a inclusão tem assumido um importante espaço nas discussões sobre melhorias na educação e mencionou quão satisfeita se mostrou com o apoio que os educadores da cidade de Jataí dão a eventos como este.



Figura 1: Abertura do evento II Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogo.

O evento contou com uma mesa redonda de debates com a temática: “Diálogos sobre vivências e desafios na inclusão escolar”, formada por profissionais que atuam diretamente na inclusão educacional. Optamos por referenciá-los por codinomes e por descrever, neste trabalho, alguns dados coletados nos CV Lattes desses participantes, por reconhecermos sua validade. Com a mediação da P2, aluna da terceira turma do PPGECM, cada participante contou com cerca de 15 minutos para as considerações.

O primeiro a desenvolver o seu tema foi A1 que se declarou poeta, educador e psicólogo. Formado em Letras e Psicologia, trabalha com clínica tradicional e com os Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD. Também colabora como apoio no Grupo Autismo Jataí-GO (GAJ). A1 apresentou o subtema Educação e Diversidade: o eu, o nós e a organização, que abordou a educação enquanto práxis que se compromete com a diversidade humana e seu potencial de mudança frente à escola e a sociedade, na qual se entrelaçam as faces do eu, do nós e da organização escolar. Assim, procurou relatar uma breve contextualização da exclusão social ao longo da história e a busca por quebra de paradigma.

[...] formei em Letras e fui preparado para trabalhar com crianças que estão dentro de uma linha específica, típica. [...] Em Psicologia foi da mesma forma. [...] De repente, caíram em minhas mãos crianças com comportamentos estereotipados, crianças que não falavam, com comportamento restrito, especialmente autistas. [...] Vi profissionais desesperados por não suportar lidar com alunos especiais. Nossas histórias de vida relatam que trazemos preconceitos, mas os profissionais que querem atuar precisam superá-los. O primeiro passo para o profissional que quer ser alguém, que tenha uma certa habilidade em lidar com diferenças, muitas

das vezes intensas, como é o caso do autismo, como é o caso do Down, em síndromes específicas: de Williams, do Tourette, e outras tantas, precisa se preparar para saber que sofreremos, que enfrentaremos os traços deixados em nós. Não é fácil lidar com as diferenças, não estamos socioculturalmente, psicologicamente acostumados a lidar com isso. [...] Passamos, muitas vezes, a vida inteira escolar, sem entender o que significa ter no ambiente escolar um indivíduo que tem uma diferença marcante. [...] Como um professor vai poder lidar com um aluno especial se ele não aprendeu? (PALESTRANTE A1 - Fragmentos)

Representando o grupo da Deficiência Motora, a professora A2, graduada em pedagogia, com a pesquisa intitulada *A Paralisia cerebral e o ensino aprendizagem*, possui experiência em inclusão escolar como professora de apoio educacional especializado e como mãe que acredita na importância de inclusão escolar. Seu depoimento emocionou parte do público presente ao declarar: “trabalho com os estudantes pensando em minha filha. Se estivesse viva, também poderia aprender algo que, por mais simples que fosse, seria significativo para ela”.

A seguir, ouviu-se a fala da professora A3, graduada em pedagogia, com participação em cursos na área de inclusão. Ela buscou tratar dos desafios da qualificação para o docente incluyente, que têm que ser vencidos para que a inclusão faça sentido. Relatou sua experiência no ensino de Braille e apresentou seu aluno cego, o qual também estava presente e comentou as barreiras enfrentadas por ele, principalmente por falta de professores que saibam lidar com as suas especificidades e algumas de suas dificuldades de aprendizagem de matemática.

Sobre o *Direito ao acesso e a garantia da permanência do aluno na escola pública*, ouviu-se a representante do grupo da Surdez, aqui chamada de A4, graduada em Letras, pós-graduada em Orientação Educacional; possuidora de experiência como intérprete, como professora de Libras e como coordenadora da inclusão. Ela destacou que a surdez não priva o aluno somente da audição, pois também compromete a autoestima. Identificou na plateia três ex-alunos surdos que estão conseguindo avanços em seus estudos, pois atualmente dois cursam o ensino médio técnico e um o ensino superior. Relatou as dificuldades enfrentadas por eles para conseguirem êxito na aprendizagem. Dentre elas, por força de lei, em 1996, ter sido retirados de um Centro de Ensino Especial e inseridos na rede regular. Enfatizou a urgente necessidade de busca de formação profissional, pois, segundo ela, para promover



diálogos os envolvidos precisam comunicar-se e para isso não basta ter um professor esforçado, dedicado, necessita que ele tenha recebido formação.

Representando o grupo da Discalculia, A5, que atua há quatro anos como psicopedagoga clínica e há três anos presta serviço na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o auxílio na educação especial para alunos acima dos seis anos e, atualmente faz pós-graduação em neuropsicopedagogia. Em sua abordagem, A5 destacou a importância do parecer profissional, a fim de evitar a rotulação, que leva ao preconceito. Além de incentivar a busca por formação profissional, ela levou os ouvintes a se questionarem: Você está aceitando o seu aluno?



Figura 2: Os palestrantes convidados e a mediadora

Após a fala de todos os integrantes da mesa, o debate foi estendido ao público. Os presentes elogiaram as considerações expostas e aproveitaram para relatar vivências. Na oportunidade, o aluno cego disse que não consegue lidar com o barulho em sala de aula. Conhecedor do aprendizado por diálogo, A1 o orientou a exercitar a audição, pois com o tempo, esse tipo de estímulo, que atualmente tanto o incomoda, poderá causar um menor desconforto ou até mesmo ser ignorado. E chamou a atenção dos participantes do evento com os dizeres “Hoje falou-se muito em formação profissional, mas quero lembrar que o aluno especial, seus familiares, responsáveis e formadores necessitam buscar a superação, o obstáculo de hoje não pode ser o do futuro”, e aproveitou para compartilhar exemplos de exercícios simples que o aluno poderá fazer em casa para sobrepujar sua limitação, como ligar o rádio por alguns minutos enquanto faz alguma atividade que requeira concentração. Disse que inicialmente pode ser que não dê certo, mas com o passar do tempo e com o



aumento gradativo do volume e da duração do som, o aluno se perceberá ignorando o ruído.

### **Educação e Autismo: as sutilezas e as possibilidades do processo de Inclusão**

A educação inclusiva tem alcançado níveis nunca antes atingidos, porém, almejados pelos que nela acreditam. Jiménez (1997) reconhece que as reivindicações das associações de pais, deficientes e voluntários, que em nome da Declaração dos Direitos do Homem e dos Direitos da Criança, buscaram um lugar na sociedade para os deficientes, é que tornou possível que a sociedade, se apercebesse que as pessoas com necessidades especiais eram vítimas do processo de desumanização, estavam à mercê de uma fraca qualidade de atendimento nas instituições, eram excluídas devido ao elevado custo desse atendimento, sofriam em intermináveis filas de espera, eram vítimas das atitudes negativas de pessoas preconceituosas e foram marginalizados pelos avanços científicos de algumas ciências. Ao ocorrer essas percepções, foi possível, pelo menos do ponto de vista educativo e social, a integração das crianças e dos jovens com deficiência, à qual fora alijada dos direitos à educação, à igualdade de oportunidades e a participação na sociedade.

O conceito de *normalização*, popularizado por Wolfensberger (1972), trouxe à pauta de discussões, a necessidade de reconhecer que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos dos outros cidadãos do mesmo grupo etário, que esses deveriam ser aceitos de acordo com a sua especificidade própria, que serviços da comunidade deveriam ser disponibilizados a eles, para que assim, pudessem ter um desenvolvimento de comportamento que os aproximasse dos modelos considerados “normais”.

A integração escolar decorreu da aplicação do princípio de *normalização* e, nesse sentido, a educação das crianças e dos alunos com deficiência deveria ser feita em instituições de educação e de ensino regular. A partir dos anos 50 e 60, nos países da Europa do Norte, e 1975, nos Estados Unidos, a integração escolar começou a ser uma prática. A aprovação pelo Congresso, dos EUA, da *Public Law 94-142 (The Education for All Handicapped Children Act)*, foi um avanço enorme a favor da inclusão, pois como explica Correia (1991), esta lei defendia a educação pública e gratuita para todos os alunos com

deficiência, avaliação exaustiva e práticas não discriminatórias quer cultural quer racialmente, a colocação dos alunos num ambiente menos restritivo possível, a elaboração de planos educativos individualizados, a formação de professores e outros técnicos e o envolvimento das famílias no processo educativo.

Portanto, a educação inclusiva, parte do pressuposto que o aluno com necessidade está na escola para aprender e, por isso, participa e interage uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e que segundo os princípios inclusivos, a escola irá adaptar-se porque ela encarará o desafio de criar novas situações de aprendizagem. Ainscow (1998), cita que a diferença entre as pessoas é um valor e a escola é um lugar que proporciona a superação deste valor por meio de uma interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos.

Neste processo de integração, alguns aspectos relevantes quanto à inclusão educacional de crianças com autismo foram considerados. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais - Quarta Edição (DSM-IV), o autismo ou transtorno autista deve ocorrer antes dos 3 anos de idade e é classificado como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento em que o indivíduo apresenta prejuízo de comportamento, interesses e atividades tais como: indiferença ou aversão à afeição ou contato físico, falta de contato visual direto, de respostas faciais, de sorrisos sociais, etc.

O atendimento a criança com autismo exige a criação de uma estrutura que leve em conta o desenvolvimento individual de cada um. De acordo com Bosa (2006), em crianças pequenas a prioridade deve ser a fala, a interação sociolinguística e a educação, entre outros, que podem ser considerados ferramentas importantes para promoção da inclusão da criança com autismo. Além disso, como afirma Kupfer (2004), deve-se promover uma mudança na representação social sobre a criança com autismo, sendo importante que a escola e o professor baseiem sua prática a partir da compreensão dos diferentes aspectos relacionados a este tipo de transtorno, além de suas características e as consequências para o desenvolvimento infantil.

Para Stainback e Stainback (1999), atualmente tem ocorrido um movimento natural de reinserção dessas crianças em escolas regulares e cada vez mais a escola deve se adequar

para proporcionar à criança com autismo habilidades sociais que melhorem seu desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional. Assim, Kupfer (2004) ressalta que o tratamento da criança com transtorno autista deve partir da inclusão educacional, este é o principal instrumento de inserção social.

Contudo, apesar da importância da inclusão escolar, ainda não se pode observar muitas experiências de sucesso no ensino autista. O que se observa é a existência de vários obstáculos para que a inclusão educacional se torne realidade. Isto se dá, de acordo com Bridi, Fortes e Bridi Filho (2006), pelo fato de muitos profissionais experimentarem certo medo de atuar com o sujeito com autismo, quer seja pelo desconhecimento sobre a condição autista em si ou por defrontarem-se diariamente com a possibilidade de não obterem respostas diante de uma intervenção pedagógica com tal aluno.

Atitudes de receio, resistência e preocupação, por parte dos professores, que têm de lidar com o aluno autista mostram, segundo Silva (2001), a importância de uma reflexão sobre estas questões, no nível da formação docente. Portanto, os debates, como os promovidos pelo II Encontro Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogo, possibilitam uma análise das necessidades de se criar estratégias que contribuam para que a inclusão caminhe a passos largos, rumo à efetivação.

### **O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino Autista**

As TIC, atualmente são as ferramentas mais utilizadas no processo de ensino e aprendizagem, devido ao fato de se trabalhar temas reais com um bom aproveitamento do lúdico. Esta forma de trabalhar o ensino tem ajudado no desenvolvimento cognitivo nas áreas de comunicação, imaginação e capacidade de reflexão, interação e ampliação da criatividade, que é de extrema importância no desenvolvimento autista.

De acordo com Gai Zanini Panta (2014), a utilização da comunicação aumentativa assistiva é uma ferramenta eficaz, por causa da troca de informações, da utilização de jogos, das atividades lúdicas, blogs e redes sociais. Todos esses recursos são muito úteis na promoção do diálogo, troca de experiência, ajuda mútua, solidariedade, convívio e capacidade de escuta.

Existem inúmeras possibilidades e métodos para se trabalhar com autistas utilizando as TIC e poucos limites, é claro que é um trabalho diário, mas nos traz um trâmite importantíssimo na intenção de inserir o autista na sociedade. Portanto, o engendramento das TIC no processo de ensino aprendizagem com autistas é de grande valia.

O objetivo deste minicurso, portanto, foi promover a ampliação do conhecimento, explicitando novos conceitos e métodos de atuação ao usar as TIC para provocar discussões e reflexões que gerem esclarecimento, provoque o uso da criatividade, levando a uma autonomia na educação do autista.

Voltado para o público em formação acadêmica em licenciatura, este minicurso procurou antecipar algumas das dificuldades, que o professor recém-formado ou mesmo os que já atuam por vários anos em sala de aula, possam se deparar ao encontrar um aluno que apresente as características de autismo. A boa preparação é crucial. Ser educador, requer uma atitude inclusiva, evitando a perpetuação da exclusão por não saber como atuar diante da necessidade do autista.



Figura 3: Os participantes do minicurso cinco sobre o Autismo

Duas professoras e pesquisadoras do Autismo foram convidadas a ministrar o minicurso. A primeira, graduada em Educação Física (EF), atua há mais de onze anos na educação inclusiva, como professora no Centro de Ensino Especial da cidade de Jataí-GO e a segunda é recém-graduada em EF. Para tentar atingir o objetivo previsto, o minicurso seguiu

a metodologia de apresentação do grupo e do tema, tentando promover uma sensibilização e uma provocação que levasse o grupo à reflexão. Na oportunidade, apresentaram o conceito de autismo de acordo com a *Autism Society of América (ASA)*<sup>4</sup>, "o autismo é um distúrbio de desenvolvimento, permanente e severamente incapacitante" (USA, 1999, p. 14); a Lei nº 12.764/2012<sup>5</sup>; o uso das TIC para a inclusão do autista no ambiente escolar e na sociedade; a relevância da tecnologia assistiva ; a importância da comunicação alternativa dividida em: recursos de baixa tecnologia como, por exemplo, os cartões, as pranchas e as pastas; e recursos de alta tecnologia, tais como as pranchas vocálicas e os sistemas computadorizados com síntese de voz e diversos softwares específicos, garantindo grande eficiência na função comunicativa. Alguns destes softwares foram apresentados aos presentes, dentre eles: para a estimulação motora e sensorial - Yellowtail, Zac Browser, Games on-line, Portal ReFazer, Pet shop Virtual; específicos para o desenvolvimento de habilidades cognitivas – Zetopéia, Dosvox e Levox; para a comunicação alternativa e ampliada – Virtual Board, Emoticons, Screen Beans e Hand Talk; para navegação na Internet – Histórias Narradas, Youtube vídeos, músicas infantís e MPB; Power Point de álbum de fotografias para o estudo de Expressões faciais, PECS, Símbolos e Figuras; Paint, Wizzard Paint e Creative Painter - para a expressão e interação. É importante ressaltar que um dos cursistas presentes, professor universitário cego, colaborou com a explanação, pois utiliza diversos softwares leitores de tela, como o DOSVOX, o Virtual Vision e o Jaws e pesquisa recursos para motivar a acessibilidade.

O público deste minicurso foi heterogêneo, dentre os nove participantes estavam três professoras da Secretaria Municipal da Educação de Jataí-GO, um professor universitário, uma intérprete de Libras que atua no ensino superior, duas professoras alunas especiais do PPGECM-IFG/Jataí-GO e duas estudantes de Fisioterapia. Os participantes realizaram algumas atividades de produção, apresentaram estas atividades e puderam acrescentar seus comentários para enriquecimento da temática desenvolvida.

---

<sup>4</sup> Melhor explicitado em: USA. ASA - Autism Society of América. *Autism*. Department of Health and Human Services. Public Health Service National Institutes of Health. Estados Unidos da América, 1999.

<sup>5</sup> Lei que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

Ao término do minicurso, os partícipes foram convidados a anotarem suas percepções sobre o tema desenvolvido. Todos os participantes concordaram que o debate sobre a inclusão e a educação aos portadores de necessidades especiais é crucial para que se possa alcançar avanços. Dois participantes lamentaram que o tempo para a troca de experiências foi muito curto, sugerindo que em outra ocasião, possa ter menos abordagem teórica e debate de vivência, fazendo a utilização das TIC na prática.

Dois dos participantes do minicurso, comentaram que acharam animador ver tanta movimentação de grupos diversos, com o objetivo de que o mundo se torne mais acessível às pessoas que tem necessidades especiais. Os cursistas foram unânimes em reconhecer os esforços dos alunos do Mestrado em organizar este evento e parabenizaram a instituição por trazer esse debate da inclusão para a formação de mestres educadores. Pela clareza na exposição, destacamos:

Essa proposta de trabalho é muito importante pois possibilita a reflexão sobre as práticas educativas que estão sendo desenvolvidas para o público com deficiências. Perceber que inúmeros movimentos estão se mobilizando para tornar o “mundo” acessível a todos, nos faz despertar para a necessidade de a Educação se reinventar. Aproveito a oportunidade para parabenizar a todos os envolvidos na realização desse evento, pela dedicação e comprometimento que demonstraram durante suas trajetórias acadêmicas. (PARTICIPANTE DO MINICURSO – fragmentos)

### **Reflexões finais sempre provisórias**

Uma educação verdadeiramente inclusiva, talvez seja vista como uma grande utopia dos educadores, das pessoas com deficiência e dos seus familiares. Pode ser que sim, mas convenhamos, as utopias têm um papel importante em fazer caminhar as propostas e os comprometermos. Que essa utopia, então, possa produzir um comprometimento com a boa qualidade da educação a todos, que produza propostas com efeitos reais no processo de inclusão, que alcancem de forma pragmática o fazer pedagógico.

Esperamos que as propostas utópicas tenham grande potencial de gerar futuras práticas, no sentido de ajudar efetivamente o processo de transformação das instituições educacionais. Pois concordamos com Abramowicz (1997, p. 89), quando ela diz que

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo de estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre.



Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados.

Ao depararmos com um aluno que tem uma necessidade especial, que dificulte seu aprendizado, nos confrontamos com um desafio de proporções enormes, pois compreendê-lo exige observação constante, aprendizagens contínuas e uma busca incessante de novos meios de ensinar a aprender. As aprendizagens são lentas, mas extremamente significantes. Conhecer as limitações específicas nas áreas do conhecimento está sendo muito importante para priorizar as potencialidades desses alunos, promovendo assim, metodologias que sejam mais flexíveis e mais eficazes.

A experiência deste evento, tanto o debate no primeiro dia, quanto os minicursos, não visaram conclusões, mas sim a abertura para reflexões sobre as diferentes possibilidades de construção do processo inclusivo. A riqueza dessa vivência está nas possibilidades que nos foram apresentadas, da utilização de meios para além dos modelos usuais, que contribuam para uma inovação pedagógica, para a criação e a inventividade didática. Organizar este evento requereu dos mestrandos o enfrentamento de limitações orçamentais, estruturais e individuais. Tal fato colabora diretamente com o aprimoramento didático-pedagógico dos envolvidos e mostrou a necessidade de confiar na capacidade de aprendizagem do aluno, buscando a superação do medo em relação ao diferente e de disposição para a construção de um trabalho integrado e coletivo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, J. **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

AINSCOW, M. **Necessidades Especiais na Sala da Aula um Guia para a Formação de Professores**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM IV TR**. Tradução de Cláudia Dornelles. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BOSA, C. A. **Autismo**: intervenções psicoeducacionais. Revista Brasileira de Psiquiatria. v. 28.

São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462006000500007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462006000500007&script=sci_arttext) Acesso em 15 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. MEC-SEF, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 04, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em URL: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)

BRIDI, F. R. S.; FORTES, C. C.; BRIDI FILHO, C. A. Educação e autismo: as sutilezas e as possibilidades do processo inclusivo. In: ROTH, B. W. (ORG.) **Experiências educacionais inclusivas**: Programa de educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Acesso em 10 set. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experiencias%20inclusivas.pdf>

CORREIA, L. M. **Dificuldades de Aprendizagem**: Contributos para a Clarificação e Utilização de Conceitos. Porto: APPORT, 1991.

GAIZANINIPANTA, B. Utilizando as tecnologias da informação e comunicação acessíveis no desenvolvimento da linguagem e interação de um aluno autista. **Caderno Pedagógico**. Curso de formação continuada de professores em tecnologias da informação e comunicação acessíveis. Porto Alegre: Evangraf, v. 3, p. 71-80, 2014.

JATAÍ, **Lei nº 3.044 de 12 de abril de 2010**. Jataí, GO. Disponível em: <http://sislegis.camarajatai.go.gov.br/portal/downloadFile.pdf?sv=2&id=2372> >. Acesso em 14 jul. 2015.

JIMÉNEZ, R. B. Uma Escola para Todos: A Integração Escolar. In Bautista (org) **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

KUPFER, M. Pré-escola terapêutica Lugar de Vida: um dispositivo para o tratamento de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento. In: MACHADO, A.; SOUZA, M. (Org.). **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S. (Org.). Escola inclusiva. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2002. p. 61-85.

MACHADO, E. F. C; LONGHIN, S. R. **Educação Inclusiva: História, política e realidade de Jataí-GO.** Anais, I Semlic. Jun. 2013. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/jatai/semlic/seer/index.php/anais/article/download/297/97>. Acesso em: jul. 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.** Disponível em <http://www.bengalalegal.com/convencao.php>.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Inclusão – Revista da Educação Especial, Brasília, nº 5, out. de 2005.

SILVA, M. O. E. **A Análise de Necessidades de Formação na Formação Contínua de Professores: Um Caminho para a Integração Escolar.** São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.teses.usp.br>

\_\_\_\_\_. **Inclusão: Concepções e Práticas nos Últimos Dez Anos – Relato de uma Experiência,** Conferência proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: IIIº Ciclo de Estudos e Debates sobre Educação Inclusiva, 1 e 2 de Outubro, 2007.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Wolfensberger, W. **The Principle of Normalization in Human Services.** Toronto: National Institute of Mental Retardation, 1972.

Artigo aceito em 25 jul. 2016